

- 1 DEZ 1985

O Estado assistencial

CONTRIBUIÇÃO

OSVALDO PERALVA

Com Brasil

O conjunto de medidas encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente José Sarney é mais um reflexo das preocupações sociais da Nova República. Os especialistas da área econômico-financeira fazem as primeiras apreciações críticas do projeto, em que repontam as previsíveis divergências. Em um ponto, entretanto, há de haver unanimidade: o atual regime diverge do anterior no fato de que coloca a tônica na busca de solução para os problemas sociais, inclusive quando enfrenta o problema econômico, já que um se vincula ao outro.

Assim, quando os herdeiros políticos de Tancredo Neves se dispõem a "aquecer a economia", promovendo medidas em favor do desenvolvimento, mesmo ao risco de estimular a inflação, é porque compreendem a importância social de reduzir o desemprego, de aumentar o poder aquisitivo da massa de assalariados, portanto, de combater os focos de miséria, que por sua vez são focos de violência e criminalidade.

Em oito meses e meio, essa espécie de caminhada sobre uma corda bamba tem sido feita com razoável sucesso, mantendo-se a inflação sob controle, o que contraria aquelas previsões

mais pessimistas de que ela atingiria este ano o nível da hiperinflação. Os índices de 14 e 15% alcançados nesse período têm a compensação de outros com um só dígito.

O novo regime goza ainda de um crédito de confiança, que não há de estender-se por muito tempo. Os governos autoritários podiam, por meio da força, continuar a reprimir as pressões reivindicatórias das grandes massas, embora esse tipo de repressão crie tensões mais perigosas. Por isso, o general Médici, por exemplo, dava-se ao luxo de reconhecer com tranqüilidade que o País era rico e o povo pobre, sem nada fazer para corrigir essa distorção. Ao contrário, eufórico, embalado na própria mania de grandeza, desperdiçava somas enormes em obras faraônicas ou superdimensionadas.

Como o emprego da força não faz parte da filosofia nem do arsenal democrático, a única forma de estabilizar a situação é adotar providências para resolver os problemas da fome, da miséria, do desemprego, dos desajustes sociais e regionais. Portanto, até por uma questão de sobrevivência política, os novos dirigentes do País têm de dar ênfase a esses pontos.

O pacote governamental

contempla uma série de medidas de caráter assistencial, e não se deve criticar essa tarefa assistencialista do Estado, como o fornecimento de um litro de leite diário a famílias carentes e a extensão do fornecimento de merenda escolar aos irmãos dos estudantes já assistidos. E apenas de envergonhar que um país no presente estágio de desenvolvimento econômico, com o oitavo PIB do mundo capitalista, ainda tenha milhões de pessoas necessitando da caridade oficial.

De outro lado, é preciso salientar o caráter meramente paliativo dessas medidas, pois o que se trata fundamentalmente não é de socorrer os pobres, mas de acabar com a pobreza. E não estamos vendo ainda um projeto sério nessa direção, um esforço urgente e concentrado, quase diria revolucionário — capaz realmente de revolver as estruturas que emperram o desenvolvimento de algumas regiões.

As áreas subdesenvolvidas do Brasil continuam a expelir seus filhos para a periferia dos grandes centros urbanos, onde subvive e sobrevivem nas favelas, pressionando os serviços públicos, insuficientes para o atendimento de uma popula-

ção em crescimento constante e descontrolado.

O fenômeno da urbanização brasileira, que em poucas décadas passou de trinta para setenta por cento, é um fenômeno malsão. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas três por cento da população economicamente ativa trabalham no campo e produzem o suficiente para o abastecimento interno e para exportação. Esse é o resultado da industrialização do país, que foi recrutar mão-de-obra no campo, e da mecanização da lavoura, que pode liberar essa mão-de-obra.

Em nosso País é diferente. Só numa pequeníssima parte se pode creditar (ou debitar) à industrialização e à mecanização da agricultura a migração de camponeses para as cidades. A causa básica tem sido, permanece sendo, a fuga da miséria crônica, das secas periódicas, no Nordeste, do subdesenvolvimento econômico em amplas regiões.

O que estamos precisando com urgência, portanto, é de um projeto abrangente, profundo, submetido ao debate nacional e que seja capaz de mobilizar as grandes energias patrióticas de nosso povo. Não apenas para socorrer os miseráveis. Mas para acabar com a miséria, para sempre.